

Malco

→ Dia de Javé nos outros profetas, nada se encontra em Mal. Esta visão se explica, sem dúvida, pelas circunstâncias do tempo: Israel tinha que lutar pela própria existência e não podia deter-se em belos sonhos; as necessidades do momento eram urgentes demais. De outro lado, a integridade da vida religiosa externa (os sacrifícios) e da vida social (matrimônio; salário) era da maior importância para a subsistência do jovem estado. Nem por isso uma palavra como a de 1,11 ficava além do horizonte do profeta.

Com. *Além dos citados sob* → Profetas Menores: A. von Bulmerincq (Dorpat 1926/32), C. Lattey (London 1935).

Bibl. R. Pautrel (DBS 5,739s). B. Mariani, De Sacrificio a Malachia praedicto (Antonianum 9,1934,193-242; 261-282; 451-472). A. Skrinjar, Angelus Testamenti (VD 14, 1934,40-48). A. de Guglielmo, Dissertatio exegetica de Reditu Eliae (Jerusalem 1938), Herranz, Dilexi Jacob, Esau autem odio habui (Est.Bibl. 2,1941/42,559-583). [Deden]

Malco (Μάλχος: forma greco-romana do nome não judaico *maliku*, rei, que se encontra frequentemente em inscrições nabatéias e palmirenses), servo do sumo sacerdote, ao qual S. Pedro decepou a orelha direita (Jo 18,10). Também os sinóticos narram o fato, mas sem citar os nomes de Pedro e M. (Mt 26,51 par.). S. Lucas menciona ainda que Jesus, tocando na orelha de M., o curou (Lc 22,51). Conforme N. Krieger (Bibl.) o nome M. é uma invenção de S. João.

Bibl. N. Krieger, Der Knecht des Hohenpriesters (NT 2,1957,73s). [v. d. Born]

Maldição. (I) Essência. Maldição e → bênção são originariamente palavras e ações mágicas que operam o mal ou o bem, sendo empregadas geralmente por todos os homens primitivos, por causa da sua suposta eficiência como meio de defesa e de sanção. De tal concepção ainda havia vestígios em todos os povos civilizados do Oriente antigo. Também entre os israelitas, mas esses atribuíam o efeito da bênção e da m. ao poder da divindade, nomeada na fórmula da bênção ou da m. (Gên 12,3). A m. geralmente era considerada eficiente (Núm 22,6; Zac 5,2; Sl 409,18; Eclo 3,9); uma vez pronunciada, ela deve cumprir-se, ainda que seja depois de longos anos (Jos 6,26; 1Rs 16,34; Jz 9,20.49.56); por isso Deus impediu que Balaão amaldiçoasse Israel (Núm 22,12) e transformou a sua m. numa bênção (Dt 23,6; Ne 13,2). Por uma bênção contrária ou pela bênção de Javé (Jz 17,2; 2Sam 21,3; Dt 23,6; Ne 13,2; Sl 109,28) a m. é privada de sua força. Como os surdos não podem ouvir a m. proferida contra eles, nem prevenir-se contra os efeitos, a lei proíbe amaldiçoá-los (Lev 19,14). Amaldiçoou-se um ladrão para forçá-lo a confessar (Jz 17,2). A m. estende-se a todas as posses do amaldiçoado (Dt 28,16-18) e à sua tribo ou cidade, de sorte que é obrigado a emigrar (Gên 4,11s); é expulso da comunidade cultural (4,14; Sl 15,4), pois um amaldiçoado contamina a terra (Dt 21,23).

(II) Costumes. Como meio de defesa contra roubo e violação de sepulcros escreviam-se, no Egito, na Fenícia e na Grécia, fórmulas de m. em sarcófagos; na Babilônia escreviam-se também nos marcos (cf. Dt 27,17). Na maior parte das fórmulas de aliança ou submissão nos antigos tratados orientais é ameaçado com a m. dos deuses, guardiães da aliança, quem romper o contrato. Uma m. é às vezes a única arma dos oprimidos: de um escravo falsamente acusado (Prov 30,10), do pobre faminto (Prov 11,26; Eclo 4,5s), de quem é explorado por um agiota (Jer 15,10). Para sancionar uma promessa ou um pacto, a pessoa pronunciava uma m. contra si mesmo, caso não cumprisse a promessa ou

rompesse o pacto (→ Juramento; Gên 15,10.17s; 21,23-32; 31,51-54); também os que rompessem a aliança que Javé concluiu com Israel são ameaçados com uma m. (Dt 27,16-26); m.s são a sanção contra a transgressão dos mandamentos de Deus (Dt 27,16-26; assim também na Babilônia: CH 26,18-28,91; AOT 408-410 ou ANET 177-180). No → ordálio a mulher suspeita tinha que beber a água da m. (ou água de purificação); sendo ela culpada, a m. devia efetivar-se.

(III) M. e bênção, portanto, eram para os hebreus, como para os demais povos da antiguidade, forças ativas (Eclo 3,9; Zac 5,2s; Núm 22,6; Sl 109,18). Em Israel, no entanto, a sua eficiência não era mais atribuída às próprias palavras, mas ao poder de Javé (Gên 12,3; Núm 23,8), que as controla; por isso a m. termina muitas vezes com uma oração imprecatória. Pois o israelita estava muito compenetrado da verdade de que não podia obrigar o seu Deus todo-poderoso, mas apenas movê-lo pela sua súplica. Que a m. não era mais uma palavra forte, de efeito mágico, vê-se pelo seguinte: (a) Javé frustra pela sua bênção uma m. já proferida (Sl 109,28; cf. Dt 23,6; Ne 13,2); Ele pode proteger contra ela o seu protegido (2Sam 16,12) e o justo que não a merece (Prov 26,2). (b) Javé, que muda em m. a bênção de um sacerdote indigno (Mal 2,2), pode também imunizar o humilde contra a m. (2Sam 16,12). Sobre o ímpio vem a m. de Javé, sobre o piedoso a sua bênção (Prov 3,33); uma m. não merecida não tem efeito (Prov 26,2); a eficácia da m. depende da justiça do amaldiçoado, porque a m. só se realiza quando Deus, que é justo, o quer. Assim a m. foi perdendo inteiramente, em Israel, o seu caráter mágico. — Amaldiçoar o nome de Deus é um crime punido com a lapidação (Êx 22,27; Lev 24,11-16) e é um atentado tão grave contra a santidade de Deus que mais tarde foi indicado por um eufemismo (abençoar a Deus) (1Rs 21,10.13; Sl 10,3; Jó 1,5.11; 2,5.9). Amaldiçoar o rei é perigoso (Ecle 10,20s; cf. Êx 22,27). Os maus amaldiçoam continuamente (Sl 10,7; 59,13; 62,5); os justos nem amaldiçoam seus inimigos (Jó 31,30), embora não hesitem em implorar a m. do Deus justo sobre seus perseguidores (Jer 15,15; 17,18 etc).

(IV) No NT, a palavra e o exemplo de Jesus proibem amaldiçoar perseguidores e inimigos (Lc 23,34; cf. At 7,59). Jesus manda amar os inimigos (Mc 5,44; cf. Rom 12,14.20), reconciliar-se com o adversário (Mc 11,25), perdoar-lhe as ofensas (Mt 6,14; 18,21-35). Assim os discípulos serão semelhantes ao Pai celeste que faz nascer o sol sobre os bons e sobre os maus (5,45), e serão perfeitos como o Pai celeste é perfeito (5,48; cf. Lc 6,36). S. Paulo, no entanto, amaldiçoou a quem não amasse Jesus Cristo (1Cor 16,22) ou pregasse um outro evangelho que o paulino (Gál 1,8s). Amava com tanto fervor o seu povo que por causa deles queria ser amaldiçoado e separado de Cristo, contanto que eles cressem (Rom 9,3).

Bibl. J. Behm (ThW 1,356s). F. Büchsel (ib. 449-452). J. Hempel, Die israelitischen Anschauungen von Segen und Fluch im Lichte altorientalischer Parallelen (ZDMG 79,1925,20-110). S. H. Blank, The Curse Blasphemy, the Spell and the Oath (HUCA 23/1,1950/51,73-95). J. Scharbert, "Fluchen" und "Segnen" im A.T. (Bb 39,1953,1-26). Id., Solidarität in Segen und Fluch im A.T. und seiner Umwelt (Bonn 1958). S. Gewirtz, West-Semitic Curses and the Problem of the Origins of Hebrew Law (VT 11,1961,137-153). Id., Jericho and Shechem (ib. 13,1963, 52-62). F. Ch. Fensham, Malediction and Benediction in Ancient Near Eastern Vassal-Treaties and the O.T. (ZAW 74,1962,1-9). Id., Common Trends in Curses of the Near-Eastern Treaties and Kudurru-Inscriptions compared with Maledictions of Amos and Isaiah (ib. 75,1963,155-175). H. C. Brichto, The Problem of "Curse" in the Hebrew Bible (Philadelphia 1963). [v. Imschoot]

Dicionário Enciclopédico da Bíblia

Redator:

A. VAN DEN BORN

Colaboradores:

D. S. ATTEMA, W. BAIER, C. BREKELMANS, H. BRUNNER, D. DEDEN,
W. DOMMERSHAUSEN, KÄTHE ELLIGER, K. ELLIGER, J. DE FRAINE†, H. FREHEN,
N. FÜGLISTER, L. GROLLENBERG, H. GROSS, W. GROSSOUW, H. HAAG,
B. HEMELSOET, J. HEUSCHEN, PH. HOUWINK TEN CATE, A. HULSBOSCH,
P. VAN IMSCHOOT, J. JANSSEN†, J. KAHMANN, V. DE LEEUW,
A. C. A. LEMMERS, O. LORETZ, F. MUSSNER, J. NELIS, J. NUCHELMANS,
J. VAN DER PLOEG, I. DE LA POTTERIE, N. POULSSEN, H. RENCKENS,
W. RÖLLIG, A. VAN SCHAİK, J. SCHARBERT, J. SCHNACKENBURG,
O. SCHILLING, G. SCHNEIDER, J. SIMONS†, J. SMITMANS, L. STACHOWIAK,
G. TE STROETE, J. VALVEKENS, J. VERGOTE, G. VOLLEBREGT E F. J. DE WAELE

EDITORA VOZES LTDA.

Petrópolis, Rio de Janeiro,
São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife
1977

CENTRO DO LIVRO BRASILEIRO LIMITADA
Lisboa, Pôrto

Título original holandês
BIJBELS WOORDENBOEK.

A edição original desta obra apareceu em Ruremonde, Holanda,
na editôra J. J. ROMEN & ZONEN

© J. J. Romen & Zonen

Tradução de 3ª edição (1966-1969) de

FREDERICO STEIN

Coordenação da edição portuguesa de

FREI FREDERICO VIER, O.F.M.

Desenhos dos mapas de

J. VAN OFFEREN e G. W. J. VAN OMME